

UMA AVENTURA DA MODERNIDADE NO INTERIOR DA BAHIA (CAETITÉ, 1910-1930)

Eudes Marciel Barros Guimarães¹

Mestrando em História pela Universidade Estadual Paulista (UNESP)

E-mail: eudesembg@yahoo.com.br

Palavras-chave: Modernidade. Aventura. Experiências sertanejas. Alto Sertão da Bahia.

Os itinerários vacilantes da aventura moderna endossaram um sentimento incisivo no interior baiano, quando as dimensões do social aí se adensavam: a percepção nostálgica de um passado transformado bruscamente. A miragem de um interior que “despoja-se rapidamente de suas características”, sendo que muitos “costumes ou atitudes sociais, métodos de trabalho, fatores ou agentes econômicos” desapareceram daquele cenário e se tornaram “totalmente desconhecidos dos habitantes atuais” (SANTOS FILHO, 1956, p. XIX), alimenta o mito de um pré-moderno Paraíso Perdido, como diria Marshall Berman.

Berman (1986) afirma o devaneio nostálgico como uma das mais vitais tradições modernas, como se o passado fosse uma imagem fugidia condensando uma vida outrora repleta de valores firmados, até mesmo porque “as forças contraditórias e as necessidades que nos inspiram e nos atormentam” despertam em nós o “desejo de nos enraizarmos em um passado pessoal e social coerente e estável” (BERMAN, 1986, p. 34). Isso se explica pela ironia moderna calcada na poderosa expansão de um público disposto num “ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor” (BERMAN, 1986, p. 15), mas ao mesmo tempo, em meio a essa “desconcertante abundância de possibilidades”, a moderna humanidade também “se vê em meio a uma enorme ausência e vazio de valores” (BERMAN, 1986, p. 21). O certo é que tal sentimento nostálgico já estava fortalecido em meados do século passado, quando o mundo era atingido pelas catastróficas experiências da guerra que colocaram em cheque o progresso técnico.

¹ Bolsista da CAPES.

Com esses pressupostos, procuro encaminhar uma discussão sobre algumas experiências e transformações no alto sertão da Bahia, no contexto da modernidade do início século XX, tomando como referência a região de Caetité. Neste texto busco perceber como tais experiências e transformações foram possíveis, partindo de algumas reflexões sobre os caminhos que lhes foram abertos, anteriores à época focalizada.

Até então, os imaginários mais difundidos sobre *sertão* dotavam-lhe justamente do contrário do que se entendia por civilizado ou moderno. No campo das ideias, debatia-se sua autenticidade em relação à superficialidade litorânea em contrapartida dos que o tomavam por um interior refratário e na contramão do litoral moderno (LIMA, 1999, p. 17). Imaginários e ideias movediças que por vezes se contrapunham, mas no geral desabilitavam o *sertão* de qualquer experiência criativa e inovadora dentro do contexto da modernidade. A importância daquele sentimento nostálgico sugerido acima se fundamenta nesses imaginários sociais movediços que se formaram do *sertão* num período tão longo quanto à história do Brasil, renovando-se num rumo muito diferenciado em meados do século passado diante das transformações aceleradas, o que seria surpreendente se não estivesse junto ao adensamento social de muitas regiões sertanejas o gérmen moderno que é o desejo de aventurar-se pelas novas possibilidades humanas prometidas naquele tempo.

A modernidade, o sertão e o paradoxo da aventura

Por modernidade entendo a experiência histórica que media a dialética entre modernização e modernismo, balizado-me nas análises de Marshall Berman (1986). Se relacionarmos descobertas científicas, revoluções industriais, transformações demográficas, expansão urbana, Estados nacionais e movimentos de massa num impulso de expansão mundial, podemos vislumbrar o processo de modernização socioeconômica. Num outro ponto de vista, a impressionante diversidade de visões e ideias prontas a fazer do homem e da mulher os sujeitos e objetos da modernização, dando-lhes o poder de transformar o mundo e de se transformar, pode ser conjugada informalmente como modernismo. Em se tratando de temporalidade histórica, Berman (1986) sugere três fases: a primeira recorta do início do século XVI ao fim do século XVIII, quando as pessoas estão apenas começando a experimentar a vida moderna; constitui a segunda fase desde a onda revolucionária de 1790, reverberando num grande público moderno

que ganha vida de maneira “abrupta e dramática”, ainda assim esse público não chega a ser moderno por inteiro devido à “sensação de viver em dois mundos simultaneamente”; no século XX, com a expansão do processo que chega a abarcar virtualmente variadas partes do mundo, notamos a intensa terceira fase.

É justamente nesse momento de intensificação vasta, quando as transformações oitocentistas aquecem o terreno explosivo da modernidade do século seguinte que pode se verificar até que ponto a pergunta universal que fundamenta a experiência moderna estava presente ou se delineava sutilmente entre os sujeitos do Alto Sertão da Bahia: “para onde será que estamos indo?”. Nesse sentido, a pesquisa é recortada entre 1910 e 1930, época de “transformação de uma cultura baseada no discurso e na fala, ou seja, no papel preeminente que é simbolicamente atribuído à palavra, em uma cultura que se apoia, sobretudo, no papel primordial que é simbolicamente transferido à ação pura” (SEVCENKO, 1993, p. 78). Não quero afirmar que qualquer vestígio de modernidade rastreada naquele lugar só foi possível pela ação ou desejo dos sujeitos que ali habitavam, mas certamente sua disposição às investidas modernizadoras e às novas visões culturais fez com que a imagem de um *sertão* puro e autêntico se desmanchasse na experiência vivida, uma imagem que não se leva em conta as intermináveis dificuldades quotidianamente vivenciadas.

Parece comum entre os estudiosos dos meandros da vida moderna dilatar o contexto da vasta e intensa expansão para dimensões mundiais. Nicolau Sevcenko (1992), ao investigar a sociedade paulistana na década de 1920, afirma que se experimentava um novo mundo “da velocidade, da vertigem e da máquina” e “onde essa pulsação dos instintos fosse pronunciada, ela seria valorizada; onde ela se impusesse, seria estimulada; onde não houvesse, seria implantada” (SEVCENKO, 1992, p. 73). Francisco Foot Hardman (1988), quando passa das metrópoles para a selva, parte do pressuposto de que “a vertigem fantasmagórica do homem moderno possui um mesmo fundo, tanto nos ‘centros’ quanto nas ‘periferias’ do sistema” (HARDMAN, 1988, p. 17), e mesmo variando as figuras, a intensidade e as especificações, “a sensação de deslocamento perene, de corte de raízes, as peripécias da retina, a navegação à deriva são fenômenos experimentados, desde o início da Idade Moderna, cada vez mais em escala planetária” (HARDMAN, 1988, p. 17). Diante de tais argumentos, é possível sondar se o “homem moderno”, figura que se desdobrava em peculiaridades e se dissolvia na realidade, já ganhava fôlego ou

deixava rastros nas regiões sertanejas, ao menos no sentido de desejar fazer parte desse novo contexto.

Os estudos sobre o *sertão* presente no imaginário brasileiro mostram a mobilidade de seu significado. Implicando, a princípio, a noção de espaços interiores, vastos, desconhecidos e distantes do litoral, foi ganhando, no período da consolidação da colônia brasileira, “significação nova, específica, estritamente vinculada ao ponto de observação onde se encontrava o enunciante ao emitir o conceito” (AMADO, 1995, p. 148), até ser “tomado como alteridade do Brasil que se queria ver e construir como civilizado” (NAXARA, 2009, p. 9). No entanto, característica própria do espaço sertanejo é justamente a indefinição de seus limites. Willi Bolle (2004) traça um esboço do que seria o *sertão* como espaço geográfico dentro do território brasileiro, fazendo um passeio sobre uma “superfície de aproximadamente 2,5 milhões de quilômetros quadrados, do trópico de capricórnio até perto do Equador” (BOLLE, 2004, p. 50).

Tamanho o *sertão*, certamente por isso está tão presente no pensamento sobre o Brasil e pode ser tomado como umas das categorias que mais lhe confere autenticidade. No entanto, as formas que dão sentido a essa autenticidade são procuradas no exótico, no pitoresco, na natureza e histórias “carregadas de imaginação e de elementos sobrenaturais que, grande parte das vezes remetem para mitos de formação ou de explicação cosmogônica” (NAXARA, 2009, p. 9). Como se vê, é justamente no contrário a qualquer característica do que se entende por moderno que o *sertão* é pensado. Seria justamente a falta de uma geografia racionalizada desses múltiplos espaços, a falta de noção de suas variadas dimensões conjugadas pela distância e pelo desconhecido, ou mesmo uma “negação” em racionalizar o espaço – porque o mistério talvez fosse, das ocupações mentais e no imaginário social, o mais interessante para driblar o aparente tédio e vazio que caracteriza o *sertão* em contraste com os “lugares modernos” –, o *locus* que o capacita como um lugar autêntico? Diante de um espaço tão imenso, é evidente que ele se pluraliza e se desdobra em diversos sertões: os sertões de fora, os sertões de dentro, os altos sertões, etc. vão denominando e dando aos variados sertões do Brasil as suas singularidades. É nesse sentido que procuro entender o espaço recortado como Alto Sertão da Bahia, levando em conta todo o movimento que caracterizou no imaginário social brasileiro o *sertão*, mas principalmente partindo das experiências e discursos dos sujeitos daquele chão social, que incorporaram a ideia de *sertão* ao seu modo, interiorizando-a; e recriaram, na linguagem e nos

discursos, uma identificação até mesmo para se significar como sujeitos. E isso, de modo algum, anula os desejos de melhorar as condições de vida vislumbradas nas promessas da modernidade.

Se fosse necessário escolher um termo que conseguisse condensar as formas intensas e fragmentárias da modernidade, esse termo seria *aventura*. Porém, nas interpretações da história do Brasil, nele é lançado um incontornável paradoxo. Numa passagem do livro *A queda do aventureiro* (1999) – título que nos remete ao desejo de Sergio Buarque de Holanda –, Pedro Meira Monteiro esclarece que os elementos utilizados pelo autor de *Raízes do Brasil* para a conceituação de uma ética da aventura tornaram-na, em grande medida, oposta ao espírito do capitalismo proposto por Max Weber. Se para a efetivação da vida moderna no país, o espírito aventureiro seria justamente o dispositivo desconcertante, como explicar a *aventura* que aparece marcadamente no próprio espírito moderno? Em Sérgio Buarque de Holanda, o aventureiro é apresentado na colonização dos trópicos com uma ânsia de prosperidade sem custos, vigorado e até mesmo responsável por uma sociedade nitidamente patriarcalista. Para este autor, a sociedade moderna desponta racionalizada e sem frouxidão, contrária à intemperança e à imprevidência do aventureiro que entravam a objetividade de uma nova estrutura social. Por outro lado, Berman (1986) entende que a *aventura* é inerente à modernidade, possibilitando aos sujeitos jogarem-se em meio a uma atmosfera delirante, que é marcada justamente pela indefinição do devir e pelo desapego: “homens e mulheres modernos podem muito bem ser levados ao nada, carentes de qualquer sentimento de respeito que os detenha; livres de medos e temores, estão livres para atropelar qualquer um em seu caminho, se os interesses imediatos assim o determinarem” (BERMAN, 1986, p. 112). Esse aparente embate é uma questão muito mais profunda que merece ser escrutada a partir do que os autores entendem por moderno e especialmente de que lugar esses autores estão falando.

De todo modo, a aventura – como entrave a uma sociedade moderna ou como inerente à própria modernidade – tem uma capacidade expressiva de captar bem as contradições nas experiências humanas diante das possibilidades de ação, designando sempre o provisório, o movediço e o inconstante. É nesse sentido que ela nos é apresentada como dispositivo de análise. Suas dimensões podem desenhar um itinerário rastreado por contingências e podem se tornar também ilimitadas, infinitas, se adotarmos o ponto de vista de um tempo que prometia novas condições de vida, novas possibilidades – coletivas e individuais – em diversos sujeitos, nos lugares mais recônditos. Algo fica claro: as características do homem moderno e mesmo do

aventureiro não são potencializadas em totalidade na realidade histórica, elas vão sendo tracejadas nos imaginários, nos discursos, nos desejos e nas ações de homens e mulheres diversos.

O chão quente do interior baiano

O Alto Sertão da Bahia é uma antiga e vaga referência à região em que se localiza Caetité. A designação para essa região baiana é reforçada pelo relevo que ali alcança grande altitude, numa posição relativa ao Rio São Francisco. Por esse espaço não ter limites claramente definidos, pode ser angulado pelos rios São Francisco, Verde Grande, Verde Pequeno, Gavião, de Contas e Paramirim.²

Nessa região, em meados do século XIX, havia fortes raízes patriarcais, com a presença de enormes fazendas com seus fazendeiros de personalidade autoritária e incontestada. Acrescentando a escravidão, os vaqueiros, os posseiros e agregados, gente pobre e desconfiada numa paisagem seca, de árvores retorcidas, dá-se a imagem de um típico cenário sertanejo destoante do ritmo do tempo que se acelerava no século XIX com a intensificação dos meios técnicos. Nesse período, intensificavam-se as viagens de filhos de fazendeiros com o propósito de estudos nos centros urbanos e também aumentava o fluxo de viajantes para a região. Ambiente em que aparece o “aventureiro” Inocêncio Pinheiro Canguçu, do qual trata Lycurgo Santos Filho no livro *Uma Comunidade Rural no Brasil Antigo* (1956). Inocêncio inaugurou um novo ciclo na fazenda herdada de seus ascendentes: o do “aproveitamento” ou do “esbanjamento”, diferindo-se do seu avô Miguel Lourenço de Almeida, um português Familiar do Santo Ofício, “homem de negócio”, o primeiro fazendeiro que se estabeleceu no Campo Seco (nome da fazenda localizada no alto sertão da Bahia), e de seu pai Antônio Pinheiro Pinto, que nasceu naquele sertão, casou com a filha do rico Miguel Lourenço, dedicando-se aos mais variados ramos da atividade lucrativa. Pelo que nos é narrado, Inocêncio Canguçu não empreendeu grandes negócios e nem explorou as metrópoles da época, mas também não fez questão de manter o halo de respeitado e imponente entre senhores do sertão:

² Ver NEVES, 1988.

sua vida partilhou de episódios romanescos e trágicos. impetuoso, brigador, turbulento, insofrido, gastador, namorador. Tal o seu retrato. As andanças donjuanescas renderam-lhe dez filhos ilegítimos, entre os conhecidos, de mães brancas, pretas e mulatas” (SANTOS FILHO, 1956, p. 47).

Se esses sujeitos forem tomados como figurativos, é possível vislumbrar um terreno que foi se formando com uma “plasticidade” bastante evidente, como se tivesse nascido em lenta, mas constante mudança. Previno, porém, que não estarei afirmando tais sujeitos como se estivessem preparados para e dentro do contexto vistosamente moderno, pelo contrário, eles estavam gozando de privilégios de uma sociedade *quase* plenamente patriarcal. E só quase, porque traços de suas personalidades e ações podem indiciar algumas características ritmadas ou influenciadas pela modernidade do século XVIII e XIX.

Numa leitura do *Fausto*, de Goethe, Marshal Berman (1986) admite três metamorfoses do personagem: o sonhador (fase de reflexão da condição humana, em que aparece a possibilidade criadora através da ação, renunciado o princípio do “Verbo” escrito no Evangelho, sendo necessário destruir para criar); o amador (quando se envolve com Gretchen, subvertendo o seu mundo rotineiro numa pequena cidade celular, desencadeando a autodestruição da amada); e o fomentador (quando se intensifica a produção e a criação, gozando Fausto de sua plena potencialidade, organizando o trabalho de forma visionária, autêntica e sistemática). É interessante assinalar que o livro foi escrito entre o final do século XVIII e início do século XIX, tempo razoavelmente contemporâneo à ocupação e desenvolvimento da fazenda Campo Seco.

As figuras de Miguel Lourenço de Almeida, Antônio Pinheiro Pinto e Inocêncio Pinheiro Canguçu não poderiam nunca representar de forma sistematizada essas metamorfoses de Fausto. Mas, subvertendo a narrativa de Goethe e aproveitando a interpretação lançada por Berman (1986), desmontando-a de acordo com o lugar social e os sujeitos analisados, pode-se notar algumas características que se embaraçam nos três fazendeiros, como poderiam também se embaraçar em muitos outros daquela época.

De acordo com as interpretações de Lycurgo Santos Filhos (1956), traços específicos daqueles senhores de terra servem como dispositivos que os inserem na dinâmica do tempo moderno que se tracejava. Miguel Lourenço aparece como o primeiro dono do Campo Seco, instala-se na fazenda, depois de morar em Portugal e em outros lugares do Brasil, com o objetivo de ali se fixar. Mesmo com descendência judaica, consegue o título de Familiar do Santo Ofício, mais para a sua despreocupação com qualquer incômodo do que interessado em exercer tarefas

inquisitoriais. Poderiam enxergar nesse senhor de terras um *sonhador* na busca de enriquecimento se não fosse o seu desejo de estabilidade, ou um *fomentador* quando investe no enriquecimento da fazenda. No entanto, o que mais se expressa nele é a característica do *amador*. Em *Fausto*, como assinali, o protagonista apaixona-se por Gretchen e transforma o seu mundo, subvertendo-o, mas Fausto não seria capaz de tal subversão se Gretchen fosse tão feliz como ele supunha (BERMAN, 1986, p. 54). Miguel Lourenço casou-se com Ana Francisca da Silva, “filha do sertão, barranqueira do rio São Francisco, nascida e criada às margens desse extenso rio” (SANTOS FILHO, 1956, p. 13). De uma das mais antigas vilas da região, na época chamada Urubu, “a sertaneja levou para a casa do Campo Seco, para a companhia do Familiar, toda uma nova vida, diversa nos costumes, diversa nos aspectos” (SANTOS FILHO, 1956, p. 13). Ao contrário de Fausto, de espírito desapegado, aparentemente Miguel Lourenço viveu um casamento sólido com Ana Francisca. No entanto, o que percebo como um ponto nodal são as interferências do diverso que apontaram e prepararam um terreno que nascia da “plasticidade” num contexto de formação. O fomentador Antônio Pinheiro Pinto nasceu na região de Caetité e, tendo se tornado genro de Miguel Lourenço, representou um exímio “criador, plantador, intermediário e capitalista”, sem hesitar em exercer, em pessoa, ocupações tais como fornecedor e caixeiro de armazém, “funções de certo modo incompatíveis com a posição de fazendeiro, de senhor rural”, mas incompatíveis até certo ponto, pois “Pinheiro Pinto não foi caso único, sendo certo que muitos fazendeiros e criadores de seu tempo exerceram o comércio de varejo e tiveram, como fregueses de seus empórios, os proprietários vizinhos” (SANTOS FILHO, 1956, p. 36). Por certo que uma nova ética do trabalho estava se infiltrando naquela região:

Deve-se lembrar que no Brasil, nos séculos passados, trabalho era para negro. Ofício, era para gente pobre. Caixeiro era emprego para português sem eira nem beira, recém chegado do Reino. Como, então, conceber-se um fazendeiro vendendo mercadorias num balcão? (SANTOS FILHO, 1956, p. 37).

Todas aquelas três fases de Fausto se dissolvem na figura de Inocência Canguçu e ao mesmo tempo alimentam-na. O sobrenome acrescentado, que não havia entre os ascendentes, explica-se pelo forte sentimento nativista em meados do período oitocentista, que se desdobrou, por exemplo, na literatura romântica. O impulsivo Inocência resolveu adotar um nome nativo: “buscou e encontrou num felídio nordestino, a feroz onça ‘Canguçu’, a designação que mais lhe agradou” (SANTOS FILHO, 1956, p. 50). Envolvendo-se nas mais diversas experiências que lhe

eram possibilitadas, esse novo sujeito (entenda-se *novo* para a época e o lugar) caracterizava-se pelo desapego, no entanto

por incrível que pareça, o esbanjador de energias — gastou-as, não na direção de seus bens e propriedades, mas em lutas, litígios, fugas, incontinência sexual — o esbanjador de capitais, o imprevidente e aventureiro Inocêncio foi quem mais possuiu terras e fazendas na família. Foi maior proprietário do que o pai e o avô — sossegados, apegados ao chão de onde não saiam — não foi dado a desfrutar (SANTOS FILHO, 1956, p. 50).

Inaugurava-se uma longa fase de abertura para um novo tempo que, por informações contingentes, por narrativas de viajantes, por imagens mentais que se formavam, esquentava o chão social do alto sertão baiano para os desejos de experimentar a vida moderna.

As promessas de um “novo” tempo

A noção de *país novo* parece interessante ao discutir a temática da modernidade. Algumas reflexões feitas por Fernand Braudel, em um ensaio originalmente publicado em 1936, podem iluminar algumas interpretações pertinentes. Para Braudel (2002), é mais seguro partir da maleabilidade social do que da dimensão econômica como critério para avaliar um *país novo*: uma sociedade móvel é causa de muitas das suas misérias, mas, também a de sua atração e de força sobre a natureza. Quando analisa a Argélia sob o domínio francês, afirma que “o camponês que aí se firmou há 50 ou 75 anos, o fazendeiro argelino, tem o prazer do risco, o gosto da aventura... muito mais que o da cultura filosófica; um não sei que, com sabor de América” (BRAUDEL, 2002, p. 55). No entanto, em suas raízes sociais, a Argélia repousa sobre o mundo milenar das sociedades indígenas e secular do pastor árabe, e acima dessa massa estava “o ‘homem novo’ europeu, senhor dos postos de comando, cuja posse é de manutenção difícil” (BRAUDEL, 2002, p. 56). Destes, “seriam necessários muito mais ainda, porque àquela massa falta, sobretudo, plasticidade” (BRAUDEL, 2002, p. 56).

A “plasticidade” aparece como elemento necessário para um país ser considerado *novo*. E é nesse sentido que Braudel entende o Brasil de até então [1936]. Em diversos lugares do interior da Bahia, inclusive o espaço que focalizamos, a “população autóctone não figurava como maioria dos trabalhadores” (DANTAS, 2000, p. 16), sendo que houve muitas resistências e conflitos na tentativa de usar a mão-de-obra indígena. Ao longo do período setecentista, os que engrossavam

as dimensões sociais no sertão baiano eram “os brancos pobres, alijados da propriedade da terra nas regiões da economia de exportação; os mulatos, pardos e cabras produtos de anos de exploração da escravidão africana; e os ‘curibocas’, fugidos da disciplina dos padres e das pressões sobre as aldeias” (DANTAS, 2000, p. 20).

No século seguinte, que rabiscava os “moldes” para o devir, identificavam-se no Brasil “a diluição dos valores comunitários herdados; o choque com os pressupostos do individualismo coletivo racionalista e da cultura ilustrada, a busca de novos condicionamentos e formas de expressão” (DIAS, 1992, p. XIII). Considera-se que a inserção do Brasil no conjunto de experiências chamado de *Belle Époque* ocorreu no fim do século XIX. No período seguinte, a tônica das novas experiências encontrou campo fértil nas metrópoles brasileiras. O desejo de fazer parte dessa conjuntura foi despertado nos lugares mais diversos. Assim podemos entender a seguinte notícia num jornal caetiteense de 1915: “[...] têm seguido também [para o Estado de São Paulo] grandes grupos de mulheres casadas, de saco às costas, armadas de ponto em branco, sob o comando de homens de reputação reconhecida, as quaes vão em procura de seus maridos, que há muito tempo as têm abandonado”, e até mesmo, “grupos de quarenta, cinquenta e mais mulheres da vida airada que seguem alliciadas por typos de honestidade duvidosa, os quaes vão fazer altissimo negocio de accordo com as encontradas que lhes fizeram” (GUMES, 25 abr. 1913, p. 1).

Pelo que nos mostram os indícios, no início do século XX o *sertão* passou a estar muito mais presente no lugar que era justamente o seu contrário, as metrópoles; e estas demarcavam seu espaço no imaginário sertanejo. A onda moderna que começou quase imperceptível há três séculos no cenário brasileiro desaguou no século passado arrastando milhares de pessoas que procuravam um lugar seguro.

Referências

AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 145-191, 1995.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BOLLE, Willi. *Grandesertão.br: o romance de formação do Brasil*. Duas Cidades: Ed. 34, 2004.

BRAUDEL, Fernand. Conceito de país novo. *Revista de História*, São Paulo, n. 146, p. 53-60, 2002.

DANTAS, Mônica Duarte. Povoamento e ocupação do sertão de dentro baiano. *Penélope*. Lisboa, v. 23, p. 9-30, 2000.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Hermenêutica e narrativa. In: SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

GUMES, João. Emigração – Recrudescer o Mal. *A Penna*, Caetité, 25 abr. 1913.

HARDMAN, Francisco Foot. *Trem fantasma: a modernidade na selva*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Trabalho & Aventura. In: _____. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 42-70.

LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan; IUPERJ; UCAM, 1999.

MONTEIRO, Pedro Meira. *A queda do aventureiro: aventura, cordialidade e os novos tempos em Raízes do Brasil*. Campinas: UNICAMP, 1999.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. Fragmentos de “Histórias e Paisagens do Brasil” (percurso de pesquisa). *Anais do primeiro e do segundo encontros de pós-doutores do PPGH/UFF*. Niterói, v. 1, 2009.

NEVES, Erivaldo Fagundes. *Uma Comunidade Sertaneja: da Sesmaria ao Minifúndio (um Estudo de História Regional e Local)*. 2. ed. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS, 2008.

SANTOS FILHO, Lycurgo. *Uma comunidade rural do Brasil Antigo. Aspectos da vida patriarcal no sertão da Bahia nos séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

SEVCENKO, Nicolau. Transformações na linguagem e o advento da cultura modernista. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 78-88, 1993.

_____. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.